



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

**Eixo temático: Serviço Social, relações de exploração/opressão e resistências de gênero, feminismos,
raça/etnia, sexualidades**

Sub-eixo: Feminismos e Serviço Social

NEOCONSERVADORISMO E O PACTO PATRIARCAL NO BRASIL: O (RE)FUNDACIONAL E O BÉLICO

NICOLE ANDREA BALLESTEROS ALBORNOZ¹

RESUMO:

Este texto lança reflexões teóricas, políticas e empíricas sobre o conjunto de ordenamentos estruturais e estruturantes dos pactos patriarcais, na sociedade brasileira. A análise feminista realizada, está tecida e entrelaçada a uma abordagem histórica, crítica e dialética. Debruçou-se, ainda que breve, sobre o vínculo entre o Serviço Social e os feminismos, situando a profissão nos embates postos na realidade social brasileira, que dado seu movimento incessante, as produções acadêmicas tem centrado esforços coletivos para desvelar a arena das relações sociais, a sua vez, as relações de gênero e étnico-raciais. Em síntese, destaca-se ainda, como argumento central, neste trabalho, que a guinada neoconservadora e reacionária, na última década teceu-se a partir de uma articulação de um bloco de alianças masculinas, nomeadas de pactos patriarcais.

Palavras-chaves: pactos patriarcais, neoconservadorismo, refundacional e bélico.

RESUMEN:

Este texto lanza reflexiones teóricas, políticas y empíricas acerca del conjunto de ordenamientos estructurales y estructurantes de los pactos patriarcales en la sociedad brasileña. El análisis feminista se teje y entreteje con un enfoque histórico, crítico y dialéctico. Se examina, brevemente, el vínculo entre Trabajo Social y feminismos, situando la profesión en los impases emergentes en la realidad social brasileña, que, dado su incesante movimiento (de la realidad), los aportes académicos han centrado esfuerzos colectivos ao adentrar a

¹ Universidade Federal de Santa Catarina



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

arena de las relaciones sociales, a su vez, relaciones de género y étnico-raciales. En síntesis, el argumento central, em este trabajo, es de que hubo un repunte neoconservador e reacionário, en la última década, tejida por una articulación de un bloque de alianzas, nombradas de pactos patriarcales.

Palabras -claves: pactos patriarcales, neoconservadorismo, refundacional e bélico.

Introdução

“O patriarcado é um dos espaços históricos de poder masculino que suas bases se fundem nas mais diversas formações sociais e está conforma por várias interseções de relações sociais e conteúdos culturais” (Lagarde, 2015:96, tradução nossa).

Este texto lança reflexões teóricas, políticas e empíricas sobre o conjunto de ordenamentos estruturais e estruturantes dos pactos patriarcais, na sociedade brasileira. A análise feminista realizada, está tecida e entrelaçada a uma abordagem histórica, crítica e dialética. Debruçou-se, ainda que breve, especificamente nesta introdução, sobre o vínculo entre o Serviço Social e os feminismos.

Podemos considerar que tal vínculo, até os anos 2000 esteve muito mais direcionada a práxis do assistente social, na consolidação do compromisso junto às trabalhadoras e aos movimentos feministas e de mulheres, no interior da sociedade. As contribuições acadêmicas do Serviço Social brasileiro, acerca da problematização da dominação e exploração de gênero, têm surgido após esse período, com foco nas teorias e epistemologias feministas, relacionadas aos estudos sobre: gênero, divisão sexual do trabalho, as desigualdades e relações sociais de gênero, patriarcado (Duriguetto e Alagoano, 2018).

No entanto, nos últimos anos temos visto um esforço coletivo, desde as múltiplas, diversas e pluralidade de vozes nos/dos feminismos, a incidência das contribuições feministas, no Brasil e na América Latina, nas mais distantes áreas do saber. A relevância social e o potencial contestatório dos movimentos feministas, na superação das desigualdades de gênero, que se misturam e se interseccionam entre raça e classe, nas distintas latitudes e geografias na região, tem ressonado também no âmbito científico. No Serviço Social, não tem sido diferente, tecer esse vínculo, situa a profissão nos embates postos na realidade social brasileira, na atualidade.

Logo, de identificar a relevância da análise feminista compartilhada, destaca-se ainda, como argumento central, neste trabalho, que a guinada neoconservadora e reacionária, na última



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

década teceu- se a partir de uma articulação de um bloco de alianças masculinas, através de pactos patriarcais. Tal conjunto de atores sociais –*pactos patriarcais* – tem buscado alterar as práticas políticas democráticas – advindas das disputas e conquistas dos/as/es trabalhadores/as na década de 1980 - minando as experiências e avanços de direitos, de qualquer grupo social e atores que lhes são alheios (às suas cumplicidades e alianças).

Apontamentos introdutórios para o debate: contribuições feministas

Durante muitas décadas, as contribuições científicas feministas – desde distintas metodologias e correntes interpretativas, desenvolveram substancialmente teorias sobre o patriarcado. No entanto, cabe sinalizar que, são as experiências concretas e situadas no espaço e tempo, vivenciadas nas relações sociais das mulheres que validam estes campos de saber.

Dialeticamente, as rupturas epistemológicas feministas refletem a pluralidade de vozes e a diversidade de corpos (generificados, racializados e feminizados) que permitiram e assumiram a(s) continuidade(s) das lutas das mulheres através dos feminismos. A exploração e a dominação colonial, que entrelaça gênero, raça e classe, analisadas a partir das relações de poder assimétricas (coloniais, e posteriormente capitalistas, em solo latino-americano) reconstruídas nas teorias feministas sustentam os sentidos políticos e o significado socio histórico que referenciamos como patriarcado² - assentada nas múltiplas ramificações da vida social. Desse *continuum*, observa-se que estratificação social, sexual, étnica-racial, tem atravessado as nossas sociedades ao longo dos séculos³.

O enquadramento teórico e histórico das lutas feministas tem desvelado a opressão e a desigualdade de gênero – compreendendo-as que não são esporádicas ou excepcionais, uma vez que se manifestam na(s) sociedade(s) como um todo, pois fundamentalmente são reproduzidas por meio de mecanismos, que não explicados ao nível individual, mas sim coletivo e em repetição (Arruza, 2015).

Em diálogo com Saffioti (1987), Millet (2019) e Lagarde (2015) o sistema de dominação - exploração ou exploração – opressão, são “qualidades” que asseguram que o patriarcado se

² Precisamente, na década de 1970.

³ Algumas autoras afirmam não haver registros de civilizações não patriarcais, ou seja, matriarcais. Destaco entre estas, autoras que dialogam durante o texto: Segato (2014) e Millet (2019), pois reafirmam o pressuposto, no entanto reconhecem que nas sociedades e povos originários em certos períodos e lugares do mundo, não existiam estruturas constituídas por hierarquias ou binarismos de gênero, mas que se reproduziam dentro de sistema dual das relações sociais na organização da sociedade.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

mantenha, se produza e se reproduza, se prolongue e se regenere, de modo que “as qualidades positivas para aqueles que detêm o poder patriarcal são negativas para aqueles que lhe estão sujeitos” (Lagarde, 2015:96, tradução nossa).

Concretamente, a amálgama estrutural tem servido para preservar o *status quo* de uma determinada ordem dominante, operando tanto no simbólico como na materialidade da reprodução social da vida dos/as/es sujeitos/as/es, em que os sistemas de dominação e exploração são mantidos ativos. O patriarcado não só acentua as assimetrias de poder semeadas nas diferentes esferas (públicas e privadas) de uma mesma sociedade, mas também dada a desenfreada acumulação de capital - mantém estruturalmente o ordenamento simbólico e ideológico de subjugação de corpos generificados, sobretudo, racializados e feminizados, inscritas na despossessão da história humana. Uma história de dominação e exploração, que tem se atualizado e reatualizado nos diferentes estágios - da colonização e da acumulação capitalista na América Latina.

Na contemporaneidade, a superação das múltiplas fissuras no tecido social, presentes nas relações macroestruturais e cotidianas das mulheres, nas quais sinalizadas aqui - sob o ordenamento patriarcal e do capitalismo, além de desafiadora, para as mulheres, também o são para trabalho realizado pelo conjunto da categoria de assistentes sociais, nas diferentes políticas sociais. Considerada, ainda mais urgente face a composição das forças conservadoras e reacionárias, dado o avanço das direitas e da extrema-direita no mundo⁴ - em diferentes escalas e geografias, vivenciado na última década com o recrudescimento das violências contra as mulheres e aos ataques dos direitos sociais, sexuais e reprodutivos das mesmas, de maneira geral na sociedade.

A reprodução da ideologia (neo) conservadora e a crise estrutural do capital

De acordo com Barroco (2022) a onda neoconservadora experienciada nas últimas décadas no mundo, situa-se no processo de crise estrutural do capital⁵, “desenvolvendo-se sob formas particulares em cada país e conjuntura, essa rearticulação política tem gestado ideologias

⁴ Aqui refiro, não apenas de poder político, representação em cargos políticos, mas sim de lideranças articuladas local e mundialmente, à movimentos sociais da direita e de extrema direita.

⁵ “A difusão e a legitimação social do neoconservadorismo de feições fascistas supõem a existência de condições sociais favoráveis, dadas em momentos de crise social, quando se acirram as tensões e a luta de classes, e o poder dominante utiliza mecanismos coercitivos para impor a ordem social” (Barroco, 2022: 14).

que resgatam os ideários fascista e conservador e se objetivam em novas combinações, a exemplo do neofascismo e do neoconservadorismo”(p. 13).

A reprodução ideológica que fundamenta o neoconservadorismo, não está deslocado dos feitos históricos do passado, ao contrário, se acomodam, se fixam e penetram os ordenamentos estruturais (e diria estruturantes), conjunturais e históricos, que implica o movimento da luta de classes (Barroco, 2015). Sendo assim, os valores do conservadorismo moderno - vinculado às tradições, a ordem, a experiência, o preconceito, a hierarquia e a autoridade, a valorização das instituições tradicionais, da igreja e da família patriarcal, confluem diretamente com os princípios do neoliberalismo – pela qual é mantida a não interferência do Estado como preceito econômico e os ideários do empreendedorismo, o privatismo, a meritocracia, além de ataques aos movimentos sociais e aos direitos sociais - orientam o discurso neoconservador na atualidade (Barroco, 2022).

A ideologia que alimenta o neoconservadorismo, “busca legitimação pela repressão dos trabalhadores ou pela criminalização dos movimentos sociais, da pobreza e da militarização da vida cotidiana” (Barroco, 2011: 209). E tem sido a partir dos feitos históricos, na última década, que a compreensão da repressão e outras violências contra as mulheres – cis, trans, negras, indígenas, brancas - ressona o discurso de ódio, lançados nos mais diferentes campos da vida social das mulheres, seja público, seja privado. Utilizando-se de velhas e novas ferramentas para expansão e propagação ideológica para manutenção e ampliação de poder político e econômico.

Portanto, a hipótese sustentada nesse trabalho é de que estamos diante de um reordenamento do conjunto das forças neoconservadoras no Brasil e no mundo. A lógica de poder político de uma população masculina branca minoritária, cujas ambições suprematistas (e implicações) tem penetrado nas diferentes escalas socioespaciais e territorial, atravessando as múltiplas dimensões da vida social da população majoritária, transformando-a radicalmente e reavivando as paisagens coloniais brasileiras.

O caráter colonial predominante do patriarcado não é novidade para as teorias feministas. De acordo com Millet (2019), as “sociedades patriarcais alcançaram uma forma muito engenhosa de ‘colonização interna’, mais resistente do que qualquer tipo de segregação e mais uniforme, rigorosa e tenaz do que a estratificação de classes” (p.70, tradução nossa).

Em sua análise histórica dedicada à política sexual, Millet (2019) argumenta que a dominação sexual explicita uma dominação de poder, que está profunda e ideologicamente assimilada e incrustada na cultura - presente nas instituições sociais, resultando em múltiplas



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

contradições que engendram e, por vezes, são engendradas nas relações sociais. Nas suas palavras:

Recordemos que el ejército, la industria, la tecnología, las universidades, la ciencia, la política y las finanzas – en una palabra, todas las vías de poder, incluida la fuerza coercitiva de la policía – se encuentran por completo en manos masculinas. Y como la esencia de la política radica en el poder, el impacto de ese privilegio es infalible (...) Si consideramos el gobierno patriarcal como una institución en virtud de la cual mitad de la población (es decir, las mujeres) se encuentra bajo el control de la otra mitad (los hombres), descubrimos que el patriarcado se apoya sobre los principios fundamentales: el macho ha de dominar la hembra, y el macho de más edad ha de dominar la más joven. No obstante, como ocurre con cualquier institución humana, existe a menudo una gran distancia entre la teoría y los hechos; el sistema encierra en sí numerosas contradicciones y excepciones. Si bien la institución del patriarcado es una constante social tan hondamente arraigada que se manifiesta en todas las castas y clases o del feudalismo y la burocracia, y también en las principales religiones, muestra, no obstante, una notable diversidad, tanto histórica como geográfica (pág. 70 - 71).

Na atualidade, com o avanço tecnológico, a expansão das corporações transnacionais e a alta lucratividade por meio das plataformas digitais, redes sociais, entre outros ambientes virtuais, ataques cibernéticos têm sido mais frequentes e sistemáticos e impactado perversamente a vida das mulheres. Neste ano de 2024, o governo federal divulgou, uma pesquisa realizada⁶, que no país foram constatadas um total 100 contas de perfis sociais, mais 80 canais de Youtube e 20 perfis no Tik Tok, de repertórios misóginos e machistas, com o agravamento de que as contas e perfis somaram mais de oito milhões de seguidores, com interações virtuais e mais de meio bilhão de visualizações (Brasil, 2024). Para as mulheres negras a realidade virtual é ainda mais cruel, já que 81% dos ataques foram direcionados às mulheres negras, com idades entre 20 e 35 anos (ibidem).

No campo político, alvo torna-se mais perceptível quando analisadas as intersecções entre raça e gênero, pois a violência política no ambiente virtual tem direcionado os ataques principalmente às mulheres negras, indígenas e mulheres trans (UFF, 2023; IMF, 2023). Para Lopez (2023) “à semelhança dos crimes de ódio, a violência contra as mulheres na política institucional se caracteriza como uma espécie de “crime mensagem” (Krook; Restrepo Sanín, 2016 apud Lopez, 2023: 33). Lopez ainda identifica que a cultura institucional não reconhece os

⁶ Os dados foram registrados pela plataforma SaferNet, divulgados pelo Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC) e apresentado publicamente pela ministra do Ministério das Mulheres, Cida Gonçalves, para a Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, em maio deste ano. Além disso, foram registrados pela plataforma, no período de 2017 e 2022, um total de 293,2 mil denúncias, considerados de crimes de ódio, nas formas preconceito ou intolerância contra grupos ou indivíduos, por sua identidade e orientação sexual, gênero, etnia, nacionalidade e religião. Ver: <https://www.fundobrasil.org.br/blog/violencia-virtual-contra-as-mulheres-entenda-os-perigos-por-tras-das-redes-sociais/>.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

avanços destes grupos e identidades de gênero, o que se revela uma promotora das ações criminosas e de ódio. É evidente e se apresenta como uma realidade, que a cultura institucional imperativa é projetada a autoimagem que sujeitos historicamente tem centralizado o poder política no país, marcada pela cisheteronormatividade racista (Lopez, 2023). Conforme sinaliza a autora:

A importunação e o assédio sexual, a interrupção de discursos, as ofensas, ameaças de morte, humilhação, perseguição, incitação à violência, dentre outras manifestações, não são eventos isolados direcionados somente a determinadas pessoas. Constituem, em realidade, expressões de uma cultura institucional alicerçada na cisheteronormatividade racista a qual não reconhece outras representações de gênero, sexualidade, raça e etnia que não correspondam ao padrão eleito como universal — branco, heterossexual e masculino, cuja presença ainda é hegemônica nos parlamentos (Lopez, 2023:33).

Tecendo um diálogo com Barroco (2015), o discurso ideológico capturado pela estrutura dominante, e acrescentaríamos política institucional é mediada moralmente, “em diferentes graus, na medida em que se objetiva a negação do outro: quando o outro é discriminado lhe é negado o direito de existir como tal ou de existir com as suas diferenças”⁷. Não por acaso, que as pautas vinculadas aos direitos sexuais e reprodutivos, tão cara às mulheres brasileiras, tem sido atacada midiática, violentamente e em alguns casos judicializadas.

Como desvelado anteriormente, a cultura política baseada na cisheteronormatividade racista, tem alavancado um conjunto de ataques aos direitos sexuais e reprodutivos, no Congresso Nacional brasileiro. O último projeto de lei, que ganhou notoriedade, foi proposto pelo presidente da Câmara dos Deputados Arthur Lira, o PL 1904/2024 e ficou conhecido como “*PL do estupro*”, “*PL da gravidez infantil*” “*PL antiaborto*”. O PL não somente demarca a posição do congresso brasileiro no campo dos retrocessos democráticos, mas aviva a perversidade e a crueldade que se inscrevem nos e sobre os corpos das mulheres - desde a colonização. Em linhas gerais, o projeto de lei equipara o aborto acima das 22 semanas ao crime de homicídio, proibindo a interrupção da gravidez, inclusive em caso de estupro (conforme previsto, nas garantias e sinalização do aborto legal⁸) e a pena para vítimas de estupro (incluindo os/as profissionais da saúde) que realizarem o aborto, estipula uma pena maior do que aquele que comete o crime de abuso sexual.

⁷ “Portanto, o apelo à ordem é duplamente conservador: primeiro, por evidenciar um dos valores fundamentais do (neo)conservadorismo; segundo, porque sua forma de objetivação é moralista, ou seja, moraliza as expressões da questão social, ao tratá-las como resultantes de “problemas” de ordem moral. Esse apelo moralista é facilitado pela reificação das relações sociais e pelo irracionalismo, contribuindo para o ocultamento de suas determinações socioeconômicas e para sua naturalização” (Barroco, 2015:625).

⁸ Conforme artigo 128 do Código Penal Brasileiro, de 1940.

O cenário é ainda mais alarmante, se considerarmos que no ano de 2022, o país registrou o maior número de estupros de vulnerável, com 74.930 vítimas (CFESS, 2024). Nesse contexto, a obrigatoriedade de crianças e jovens, vítimas de estupro gestarem e parirem “filho/a” de seu agressor, revelam as tramas nas quais os corpos das mulheres são vulnerabilidades e capturados pelas forças neoconservadorismo, face da barbárie com prejuízos físicos, emocionais, sociais e psíquicos irreparáveis a essa população, destituindo-as dos direitos fundamentais.

Embora, os movimentos sociais e coletivos feministas tenham crescido exponencialmente, bem como, as manifestações, que marcam as duas últimas décadas, a pauperização das condições da reprodução social da vida das mulheres e as múltiplas violências têm aumentado⁹. A ideologia dominante continua avançando sobre os corpos generificados, no campo objetivo das relações sociais de produção e no campo subjetivo das mulheres. Espelhadas às alianças do poderio neoconservador, conformado pelo conjunto de atores sociais masculinos e cumplicidades - forjadas num pacto, que estamos chamando neste trabalho, de pacto patriarcal. Herdadas de certa dominação colonial e racial, (re)inscritas na atualidade nas distintas latitudes e geografias da América Latina.

E suma, neste trabalho, argumenta-se que a guinada neoconservadora e reacionária, na última década (nada oculta em outros momentos da socio-histórica, política, econômica e cultural brasileira) teceu-se a partir de uma articulação de um bloco de alianças masculinas, por meio de pactos patriarcais. Tal conjunto de atores sociais – *pactos patriarcais* – tem buscado alterar as práticas políticas democráticas – advindas das disputas e conquistas dos/as/es trabalhadores/as na década de 1980 - minando as experiências e avanços de direitos, de qualquer grupo social e atores que lhes são alheios (às suas cumplicidades e alianças).

Ao centrar-nos nosso olhar ao conjunto de alianças masculinas ou masculinistas, foco deste trabalho, observa-se que tais cumplicidades de pactos patriarcais operam no campo político, midiático, social, cultural e ideológico, com carácter ofensivo à determinados grupos sociais. Com as eleições de 2018 e a ascensão da extrema-direita¹⁰, na figura de Jair Bolsonaro (2018 – 2022), o cenário agravou-se para as mulheres. O neoconservadorismo ganha maior visibilidade, os

⁹ No Brasil, um feminicídio acontece a cada 6 horas, segundo o relatório publicado pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP). Foram 1.463 casos de mulheres que foram vítimas de feminicídio em 2023, com um aumento de 1,6% em relação ao ano anterior (Bueno, Samira et al., 2024).

¹⁰ Após o acontecimento histórico na política brasileira, que resultou na destituição de Dilma Rousseff (2010-2016) da presidência da república e o vice-presidente Michel Temer (2016-2018) passa a presidência, em 2016, já revelou-se propulsora do reordenamento das alianças entre os homens da política (velhos e novos atores sociais).



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

ataques passam a ser mais diretos e a expansão e as intervenções no(s) território(s) passaram a ser sistemáticas.

Portanto, foi com o projeto de “nação” intitulado “Pátria Amada Brasil” - frase que faz alusão ao hino nacional brasileiro, que deu o tom da guinada neoconservadora no país. O sentido/sentimento nostálgico patriótico/nacionalista de conservadores e reacionários, assimilado pelo conjunto de apoiadores, jovens eleitores e militantes de movimentos de direita, empresários, grupos religiosos de evangélicos neopentecostal, eleitores antipetistas, entre outros, antecedeu à série histórica de acontecimentos nocivos a grande maioria da população, de trabalhadores e trabalhadoras.

O viés nacionalista liderado pela extrema-direita brasileira, rearticulou padrões e práticas políticas favoráveis ao elitismo nacional - branco, conservador e reacionário. Assistimos (não sentados) no curto período de quatro anos, à instrumentalização coercitiva, discursiva, simbólica e destrutiva, de um certo tipo de dominação, em que as ideias de eugenia e do negacionismo científico ganharam centralidade no debate público.

Para a intelectual feminista Lagarde (2012) a monopolização do poder político pelos homens endossa os pactos patriarcais - histórica e hierarquicamente construídos na(s) sociedade(s). Podemos dizer, que tal monopólio das alianças masculinas na política brasileira, inscritas nesse projeto de governança, não resultou apenas na monopolização das decisões que afetaram diretamente a maioria da população, como observado na má gestão governamental da pandemia de covid19 - resultando em mais de meio milhão de mortes em dois anos de pandemia - como também foram capturados nesse cenário, os bens comuns, recursos naturais, o bem público, por meio de estratégias políticas, criminosas e bélicas, cada vez mais comprometidas com os interesses de suas alianças e cumplicidades, à reprodução ampliada do capital.

Pacto patriarcal: o refundacional e o bélico

“O patriarcado é um juiz, que nos julga por nascermos. E nosso castigo é a violência que não é vista” (Las Tesis, 2019, tradução nossa).

Gutiérrez (2020) explora a magnitude do pacto patriarcal diante da ofensiva neoconservadora no continente, na qual argumenta que esse pacto tem se convertido em um



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

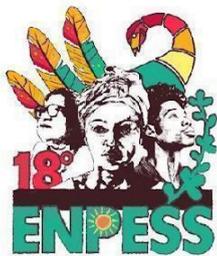
bloqueio poderoso contra as mulheres¹¹. No cenário brasileiro, a instabilidade do no conjunto das forças reacionárias e das cumplicidades dessas alianças - do pacto – no governo anterior resultou em um terreno supostamente conhecido no campo política das relações sociais, no qual “ocorre todo tipo de conflitos entre eles” - referindo-se aos sujeitos que compõem os pactos patriarcais (Gutiérrez, 2020:14). As sucessivas mudanças de ministros, entre outros conflitos entre políticos e militares no governo, ilustram os conflitos descritos pela autora.

Se olharmos para os arranjos políticos da democracia brasileira, a política partidária e institucional tem sido historicamente sustentada por pactos patriarcais, dessa forma, ancorada por um certo poder masculino, um certo tipo de dominação e exploração. De acordo com Gutiérrez (2018), o pacto patriarcal pode ser lido na atualidade, como:

(...) corazón y columna vertebral del orden de dominación. Soporte y dinámica. Es pacto contra nosotras -todxs nosotrxs- y nuestros deseos puestos en juego colectiva y públicamente: desde la despenalización del aborto hasta la salida de las transnacionales de nuestros territorios, desde el respeto y autonomía radical de los cuerpos disidentes hasta la disposición suficiente de riquezas materiales que sostengan las vidas colectivas descentrando la nación. Es pacto entre ellos para reorganizarse y garantizar la fijación, drenaje y devaluación de nuestra capacidad de renovación y reconexión en marcha. Este es el doble contenido del pacto patriarcal: contra nosotrxs y para la reorganización entre ellos garantizando sus múltiples formas de expropiación de vidas, riquezas y energías (Gutiérrez, 2018).

A chamada Bancada Boi, Bala e Bíblia (BBB), conformada anteriormente ao período ilustrado, sem dúvidas ganhou centralidade e poder no projeto nacional da extrema direita brasileira ao governo com a chegada de Bolsonaro (2018 – 2022) à presidência. Esta frente parlamentar constituída por políticos: pró-armas, ruralistas e evangélicos/as pentecostais, reavivaram em um curto período de tempo, as paisagens coloniais da dominação no território brasileiro, assumindo para si, como um dever moral, supostamente religioso e ideológico da dominação – exploração, afinado na (re) atualização do discurso conservador, mas com maior presença bélica nos territórios brasileiros.

¹¹ Um exemplo disso foi a presença da pastora evangélica, conservadora Damares Alves, uma das duas únicas mulheres a ocupar um cargo ministerial, na gestão de Bolsonaro, ficou à frente do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. Damares figurou de maneira implacável de defensora da doutrina bíblica e da “família brasileira”, atacando os direitos sexuais e reprodutivos das mulheres, retrocedendo conquistas consolidadas anteriormente. Pois conforme sinaliza Gutiérrez (2020) existem no pacto patriarcal, de maneira pontual e bem minoritária mulheres aliadas, que assumem a ideologia dominante, que reproduzem a partir do gênero, uma performance comprometida com os interesses do pacto patriarcal.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Tal cenário, que não se encerrou com a saída de Bolsonaro no governo, apresentou dois polos antagônicos: por um lado, as tensões, disputas e acirramento dos conflitos sociais, em grande medida, revelaram um real avanço das lutas feminista no Brasil, que mesclam as lutas sociais e históricas, cujas desigualdades sociais, ético-raciais e de gênero, foram politizadas durante os inícios dos anos 2000. Em 2015, a saída as ruas pelas mulheres com o motim o “Fora Cunha”, expressou o grito das mulheres (e *aliadas* de luta no campo democrático) favoráveis à deposição do presidente da Câmara Federal - deputado Eduardo Cunha¹², após ter tentado aprovar, a proibição da indicação de pílula do dia seguinte a mulheres vítimas de estupro. No mesmo ano, as ruas de Brasília foram ocupadas pela I Marcha das Mulheres Negras, com dez mil mulheres negras presentes, contra o racismo e a violência e pelo Bem Viver¹³.

Diante disso, podemos dizer que as conexões estruturais que retroalimentam continuamente as desigualdades de gênero e étnico-raciais, também passam a ser assumidas categórica e organicamente por coletivas, organizações e movimentos feministas, em tom contestatório. Nos quais, o questionamento acerca os privilégios raciais, sexuais e de classe passa a confrontar as estruturas de dominação e exploração dos corpos das mulheres. Nas palavras da ativista Carneiro (2003) sobre os avanços das lutas das mulheres no Brasil no início dos anos 2000:

Ao politizar as desigualdades de gênero, o feminismo transforma as mulheres em novos sujeitos políticos. Essa condição faz com esses sujeitos assumam, a partir do lugar em que estão inseridos, diversos olhares que desencadeiam processos particulares subjacentes na luta de cada grupo particular. Ou seja, grupos de mulheres indígenas e grupos de mulheres negras, por exemplo, possuem demandas específicas que, essencialmente, não podem ser tratadas, exclusivamente, sob a rubrica da questão de gênero se esta não levar em conta as especificidades que definem o ser mulher neste e naquele caso. Essas óticas particulares vêm exigindo, paulatinamente, práticas igualmente diversas que ampliem a concepção e o protagonismo feminista na sociedade brasileira, salvaguardando as especificidades (Carneiro, 2003:119).

E por outro lado, em 2019, com pouco mais de um ano de presidência, o governo de Bolsonaro ampliou suas bases eleitorais, potencializando o discurso de ódio. Um discurso seletivo ao atacar determinados grupos sociais (mulheres, as identidades de gênero dissidências da heteronorma, os povos indígenas, quilombolas e população negra). A proposta refundacional *patriarcal – racista – capitalista* (Saffioti, 1987), a cada dia ficou mais evidente. Uma proposta colonialista - respondendo aos interesses da ordem hegemônica, racista e heteropatriarcal (Davis,

¹² Além da defender publicamente a redução da maioria penal e a terceirização indiscriminada, bem como, foi um dos criadores do Estatuto da Família, entre outros projetos de cunho conversador e sexista.

¹³ <https://www.geledes.org.br/wp-content/uploads/2015/11/Carta-das-Mulheres-Negras-2015.pdf>.

2017). Colocada em marcha, o país passou por inúmeros retrocessos humanitários e irreversíveis. Somente no primeiro ano, foram registrados 1.833 conflitos no campo (o maior em cinco anos anteriores); os ataques a terras indígenas aumentaram em 51 ações, totalizando 160 ataques (Cimi, 2019). Além disso, foi em 2019, que a invasão à territórios indígenas se expandiram para terras homologadas e demarcadas, o que não ocorria até 2018 (até esse período as ocorrências eram provenientes de áreas em disputa), a letalidade aos povos indígenas em resistência aumentou, uma em cada três famílias em conflitos agrários era indígena. (Cimi, 2019; CPT, 2019). Entre 2019 e 2021, o Brasil voltou ao Mapa da Fome, com 61 milhões de brasileiros de pessoas experienciavam a insegurança alimentar no país (FAO, 2022).

A má gestão das políticas públicas, a ausência de transparência das pastas ministeriais – ações e recursos, a vigência da emenda constitucional que limitou o teto de gastos de despesas público, foi acompanhada de muita instabilidade política. A composição de uma frente ampla nos ministérios, ocupadas majoritariamente por militares, desvelou o poderio de forças instaladas e acumuladas ao longo dos últimos anos. Aleijadas do campo democrático, o projeto nacional neoconservador e armamentista ganhou envergadura, forjada por meio dos pactos patriarcais, na arena política institucional.

A ala política fundamentalista religiosa evangélica, sustentou aguerrida as pautas mais conservadoras no período (e ainda na atualidade), direcionadas à ataques sistemáticos aos direitos conquistados pelas lutas das mulheres pela comunidade LGBTQIPNA+. Promovendo a agenda antigênero nas instâncias de poder e tomadas de decisão governamentais, as pautas e o pânico moral instituído gradualmente serviam também de estratégia em momento de crises políticas – eficiente dispositivo ideológico de massas, em alguns momentos agiram como cortina de fumaça, para que os avanços e interesses da política econômica fossem coladas em ação na surdida - manobras destinadas ao desmonte das políticas públicas e perda de direitos sociais, para a classe trabalhadora foram efetivadas nesse contexto.

O pacto patriarcal forjado por velhos conhecidos da política brasileira (as oligarquias latifundiárias, empresários e militares) combinadas a atores sociais emergentes (evangélicos e milicianos) mesmo com a fim do mandato de Bolsonaro, o bloco articulado (alianças e cumplicidades) continuam atuantes e disseminadores da ideologia neoconservador e neoliberal. De fato, a política institucional passou a aglutinar forças política e repressivas, lideradas em

grande medida por militares e milicianos. Com Bolsonaro ocupando a cadeira presidencial, liderou publicamente, nacional e internacionalmente, o grupo dominante.

O projeto bélico de governança, teve projeção nos primeiros meses de governo. Entre 2019 e 2021, o ex-presidente publicou 31 alterações na política de acesso a armas: 14 decretos, 14 portarias de ministérios, 2 projetos de lei; 1 resolução (CNN, 2021). Em linhas gerais, as iniciativas do ex-presidente, incluíam: a ampliação do acesso ao porte e à posse de armas de fogo; a liberalização da prática da caça desportiva e do ensino para jovens menores de 18 anos; e a venda e fabricação de material bélico caseiro e/ou em escala industrial.

Para Segato (2014) a eminência bélica no continente, resultante da militarização tem mostrado distintas faces ao longo dos anos, sobretudo no aumento das violências e crueldade dos feminicídios. E na medida que os conflitos socio-territoriais se agudizam, a repressão coercitiva é cada vez mais acentuada e ampliada. A autora, traça a tese de que vivenciamos um contexto de guerra, não declarado, no conjunto de países da América Latina, em que os corpos de mulheres têm sido alvo, do avanço bélico. As mudanças conjunturais na(s) sociedade(s), e sobretudo, no terreno político, tem promovido um cenário cada vez mais homogêneo (a partir de dispositivos ideológicos combinados aos dispositivos repressivos), para a ampliação de territórios à expansão do mercado global.

O neoconservadorismo, portanto, alude o refundacional, alçado ideologicamente por posições políticas e posturas extremistas. De fato, a última década, os movimentos de direita e de extrema direita, ressurgem no cenário nacional e mundial, (re)ativando um sentimento coletivo nostálgico colonial (Ribeiro, 2018). Para Barroco (2022):

A extrema-direita mundial está unida em torno de algumas premissas: o nacionalismo e o patriotismo; o resgate de tradições; o anticomunismo e o antisemitismo; o racismo e a xenofobia contra imigrantes e minorias. A vida cotidiana é marcada por uma sociabilidade cindida entre “nós e eles”, com a exaltação da família patriarcal e de seus valores, como a autoridade do pai; com a defesa da lei e da ordem; o anti-intelectualismo; a desarticulação do bem-estar público; a exclusão de grupos sociais minoritários e sua desumanização e/ou extermínio (Barroco, 2022:).

Considerações finais

A naturalização do discurso de ódio, de natureza bélica, revela as opressões, a dominação e a exploração a que determinados grupos e corpos foram historicamente submetidos. Assim, são



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

ativadas as paisagens da Conquista (Segato, 2016), marcados pela violência e barbárie inscritos nos corpos e territórios das mulheres. O “inimigo (re)inventado” da extrema-direita bélica nesta configuração são: mulheres, indígenas, negros/as, quilombolas, ativistas, comunidade LGBTQI+, universitárias, feministas, etc. Setores de esquerda e movimentos sociais, a ciência (o campo científico crítico) e o funcionalismo público, também são sintonizados nos ataques, que passam a ser sistemáticos.

Em síntese, a reatualização da ordem dominante, patriarcal – racista - capitalista - no Brasil funde-se com a reprodução ampliada do capital (re)articulando-se como sistemas de dominação e exploração baseados numa unidade poderosa. A noção de refundacional, nesta análise, permite situar a realidade brasileira num momento histórico de mudança, transitório, em que as apostas de uma certa dominação sexista e étnico racial orientaram a virada do progressismo para uma virada neoconservadora (âmbito local e mundial), que não se esgota com a troca de governo. É importante, examinar que o avanço de um projeto armamentista tem deslocado o monopólio da violência do Estado para outros grupos sociais e setores privados (à exemplo das milícias) - ampliando fluxos de capital econômico (escalas locais, nacional e internacional) e de maneira corrosiva dissipa os dispositivos históricos de dominação – exploração (Segato, 2018).

Neste diálogo, sem pretensão de conclusão, pois a realidade concreta ultrapassa os pressupostos teóricos e recorte temporal feito aqui, situa nossa profissão no movimento incessante da investigação. Nos convida, à leituras e diálogos juntos aos movimentos feministas da atualidade, penetrando dessa forma, nas distintas camadas da realidade imediata e aparente, criando estratégias de erosão dos dispositivos das forças antagônicas nas quais vivenciamos cotidianamente com nossos corpos, ordenados pelos interesses do capital.

Referências bibliográficas:

ARRUZZA, Cinzia. Considerações sobre gênero: reabrindo o debate sobre patriarcado e/ou capitalismo. Publicado originalmente na revista Viewpoint. 2015. Disponível: http://outubrorevista.com.br/wp-content/uploads/2015/06/2015_1_04_Cinzia-Arruza.pdf.

BARROCO, Maria L. Direitos humanos, neoconservadorismo e neofascismo no Brasil contemporâneo. Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 143, p. 12-21, jan./abr. 2022.

_____, Maria L. . Não passarão: ofensiva neoconservadora e Serviço Social. Serviço Social & Sociedade, São Paulo: Cortez, n. 124: Conservadorismo, lutas sociais e Serviço Social, 2015.

_____, Maria L. Barbárie e neoconservadorismo: os desafios do projeto ético-político. Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 106, p. 205-218, abr./jun. 2011.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

BRASIL, Agência. Discurso de ódio na internet tem mulheres negras como principal alvo. 2018. Disponível:

<https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2018-08/discurso-de-odio-na-internet-tem-mulheres-negras-como-principal>.

BUENO, Samira et al. Femicídios em 2023. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2024. Disponível:

<https://apidspace.forumseguranca.org.br/server/api/core/bitstreams/eca3a94f-2981-488c-af29-572a73c8a9bf/content>.

CARNEIRO, Sueli. Mulheres em movimento. Revista Estudos Avançados, vol. 17 (49). 2003. Disponível: <https://www.scielo.br/pdf/ea/v17n49/18400.pdf>.

CFESS, Conselho Federal de Serviço Social. Assistentes sociais são contra retrocessos de direitos! Disponível: <https://www.cfess.org.br/visualizar/noticia/cod/2129>. 2024.

DAVIS, Angela. Discurso de Angela Davis na marcha das mulheres contra Donald Trump. Publicado em OperaMundi. 2017. Disponível:

<https://operamundi.uol.com.br/politica-e-economia/46231/leia-integra-do-discurso-de-angela-davis-na-marcha-das-mulheres-contradonald-trump>.

DURIGUETTO, M. L.; ALAGOANO, Verônica. O movimento feminista na produção acadêmica dos cursos de pós-graduação em Serviço Social. Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 132, p. 231-251, maio/ago. 2018.

FAO, Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura. Estado da Segurança Alimentar e Nutrição no Mundo 2022. 2023.

GUTIÉRREZ, Raquel. Cartas a mis hermanas más jóvenes. Minervas Ediciones; Bajo Tierra Ediciones; Editorial Sur y Andrómeda. 2020.

_____, Raquel. El pacto patriarcal y las fuerzas conservadoras. Medio digital Lobo Suelto. Disponible en: <https://latinta.com.ar/2018/10/el-pacto-patriarcal-y-las-fuerzas-conservadoras/>. 2018.

LAGARDE, Marcela. Los cautiverios de las mujeres: madresposas, monjas, putas, presas y locas. Ciudad de México: Siglo Veintiuno. Ed.2. 2015.

_____, Marcela (2012). Identidad de género y derechos humanos la construcción de las humanas. In.: El feminismo en mi vida Hitos, claves y topías. 2012. Disponível: https://xenero.webs.uvigo.es/profesorado/marcela_lagarde/construccion_humanas.pdf.

MILLET, Kate. Política Sexual. Ed. 4. Valencia: Ediciones Cátedra. [Traducción de Ana M. Bravo Garcia]. 2019.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Nuzzi, Vitor. Violência cresce no campo em 2019, com cinco conflitos por dia e 32 assassinatos. Portal de notícias Rede Brasil Atual. 2020. Disponível:
<https://www.redebrasilatual.com.br/cidadania/2020/04/violencia-cresce-no-campo-em-2019-com-um-conflito-a-cada-cinco-dias-e-32-assassinatos/>.

RIBEIRO, Stephanie. Feminismo: um caminho longo a frente. In.: O ódio como política: a reinvenção das direitas no Brasil. Solano, Ester (Coord.). São Paulo: Boitempo. pp. 103 – 108. 2018.

SABBATINI, L.; CHAGAS, V.; MIGUEL, V. M.; PEREIRA, G. R.; DRAY, S. Mapa da Violência Política de Gênero em Plataformas Digitais. Niterói: coLAB/UFF, 2023. 60 p. (Série DDoS Lab).

SAFFIOTI, Heleieth. O poder do macho. São Paulo: Moderna. 1987.

SEGATO, Rita. Patriarcado: del borde al centro. Disciplinamiento, territorialidad y crueldad en la fase apocalíptica del capital. In.: La guerra contra las mujeres. Madrid: Traficantes de Sueños. 2018.

_____, Rita. La norma y el sexo. Frente estatal, patriarcado, desposesión, colonialidad. In.: Geneologías críticas de la colonialidad en América Latina, África, Oriente. Bidaseca, Karina (Coord.). Buenos Aires: Colección Sur – Sur. 2016.

_____, Rita. Las nuevas formas de la guerra y el cuerpo de las mujeres. Revista Sociedade e Estado. Vol.29, n.2, Brasília. 2014.